



## **1) A crise do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do neoliberalismo**

### **1.1) Nas ruínas do *welfare state* - o sistema neoliberal**

É praticamente impossível falar sobre neoliberalismo sem fazer uma referência, ainda que breve, à configuração social predominante em boa parte das sociedades capitalistas do mundo ocidental no período imediatamente anterior: o Estado de Bem-Estar Social. O desenvolvimento e a consolidação do *welfare state* na maior parte do mundo ocidental, entre 1945 e meados da década de 1970, constitui, sem sombra de dúvidas, um dos fenômenos sociais e políticos mais importantes do século XX. O equilíbrio atingido na relação entre capital e trabalho logrou tamanho êxito que o período em questão é nomeado, não raras vezes, de “décadas de ouro do capitalismo”.

De acordo com Kerstenetzky (2012), podemos pensar numa definição básica de Estado de Bem-Estar Social a partir da conceituação do *welfare state* como “um conjunto histórico e institucionalmente moldado de intervenções públicas visando à promoção do bem-estar e envolvendo redistribuição” (KERSTENETZSKY, 2012, p. 61). Como trabalhado por Przeworski (1988), tais intervenções são baseadas numa atuação proativa do aparato estatal em relação às movimentações das forças do livre mercado. Desta maneira, o aspecto distintivo da relação do *welfare state* em relação ao campo da economia consistiria na efetivação de operações de “desmercadorização” (ESPING-ANDERSEN, 1991) – isto é, na construção de programas de bem-estar que possibilitem o fornecimento de “alternativas genuínas à dependência em relação ao mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 103)<sup>4</sup>.

Contudo, a partir da década de 1970, uma série de alterações políticas, sociais e econômicas implodiram gradativamente a configuração social típica dos “anos de ouro” do capitalismo. Dentre tais modificações, podemos enumerar alguns fatores: por exemplo, o declínio do acordo de Bretton Woods, que possibilitou o surgimento de mercados financeiros amplamente desregulamentados e profundamente globalizados (BELLUZZO, 1995), e o esgotamento do modo de produção fordista (GUIMARÃES, 2015), que abriu brechas para o desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva do capital

<sup>4</sup> Para a complexificação do debate a respeito dos aspectos conjunturais que favoreceram a emergência do Estado de Bem-Estar Social, bem como as especificidades dos diferentes tipos de *welfare state*, cf. Esping-Andersen (1991), Guimarães (2015) e Kerstenetzky (2012).

(HARVEY, 1992). Tal processo, baseado na intensificação de mecanismos de flexibilização salarial e da jornada de trabalho, expansão da terceirização, conformação da “produção enxuta” etc. (RAMALHO; SANTANA, 2004), gerou importantes consequências para boa parte da classe trabalhadora, levando a um aprofundamento dramático da precarização estrutural do trabalho (ABÍLIO, 2015), expansão massiva do setor de serviços (ANTUNES, 2018), desemprego estrutural, e enfraquecimento da mobilização sindical (BRAGA; SANTANA, 2015).

Assim, das ruínas do Estado de Bem-Estar Social forma-se um novo tipo de configuração social com características particulares: o sistema neoliberal. De acordo com Wendy Brown (2019), o neoliberalismo pode ser interpretado “como um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado” (BROWN, 2019, p. 29). Desta maneira, a autora ecoa os argumentos de Harvey (2008), que define o neoliberalismo como uma movimentação de restauração do poder da classe dominante, e de Streeck (2019), que o conceitua enquanto o resultado da agudização de conflitos distributivos entre os “dependentes de lucro” e os “dependentes de salário”. Desta forma, para a autora,

O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros. (BROWN, 2019, p. 28-29)

Além disso, partindo de uma aproximação crítica entre abordagens marxistas e leituras foucaultianas, Brown caracteriza o neoliberalismo também como uma racionalidade, isto é, como “uma forma peculiar de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos” (BROWN, 2015, pág. 1). Desta maneira, o neoliberalismo não é apenas um conjunto de medidas políticas e econômicas outorgadas de cima para baixo, mas também uma série de comportamentos, normas e valores que são gerados e atualizados “desde baixo” (GAGO, 2014) - ou seja, no nível das relações intersubjetivas entre os indivíduos<sup>5</sup>. Assim, se antes, no *welfare state*, havia um espaço significativo para mecanismos de “desmercadorização” (ESPING-ANDERSEN, 1991), atualmente, no mundo neoliberal, o tecido

<sup>5</sup> Vale destacar que, de maneira geral, a categoria “neoliberalismo”, no campo da teoria social, possui múltiplas definições. Ainda que o agrupamento de teorias distintas sobre correntes similares possa ocasionar, eventualmente, simplificações e reduções grosseiras, podemos pensar em pelo menos quatro eixos de explicação a respeito do sistema neoliberal: as abordagens marxistas, que enfatizam alterações no mundo do trabalho, financeirização e crise do capitalismo e as relações de dominação e subordinação entre as classes sociais (HARVEY, 2008; DUMÉNIL; LÉVY, 2014; STREECK, 2019; JAMESON, 1996); as leituras foucaultianas, que enfocam o neoliberalismo enquanto uma nova racionalidade, que cria profundas raízes nas percepções da realidade, nos valores e nas práticas dos atores sociais (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; GAGO, 2014; BROWN, 2015, 2019); as interpretações de inspiração weberiana, que jogam luz sobre as modificações administrativas no âmbito das empresas e corporações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; SENNETT, 2006); e as abordagens psicanalíticas, que se debruçam fundamentalmente sobre os efeitos psíquicos das profundas alterações recentes do capitalismo tardio (KEHL, 2008; DUNKER, 2017a, 2017b). Ainda que não seja o tema do presente trabalho, achamos importante demarcar a pluralidade de categorizações a respeito do sistema neoliberal.

social é profundamente dominado pelo processo de “economicização” (BROWN, 2015) de todos os âmbitos da vida humana (em especial, da política), gerando, assim, uma realidade obscura na qual os mecanismos de amparo e proteção sociais desaparecem gradativamente e as possibilidades de desenvolvimento da soberania popular minguam.

Desta forma, a racionalidade neoliberal também penetra no mundo da política institucional. Nessa esfera, contudo, ela se manifesta de maneira peculiar: por um lado, os governos são orientados prioritariamente para atender as demandas e anseios do mercado; por outro, os próprios mercados necessitam do aparato estatal para serem “viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas” (BROWN, 2019, p. 31). Por essa razão, a autora argumenta que os efeitos gerais do neoliberalismo têm sido, em suma, “padrões de vida mais baixos para as populações da classe trabalhadora e da classe média no Norte global, exploração contínua e limitações à soberania” (BROWN, 2019, p. 30). Assim, podemos observar que o desenvolvimento do sistema neoliberal solapa as bases fundamentais das condições materiais ligadas à reprodução social.

Em todo o artigo, utilizamos tal categoria, de “reprodução social”, da forma como ela é trabalhada em Bhattacharya et al. (2017) e em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) – ou seja, como as “atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.75). Neste sentido, podemos pensar na questão da reprodução social a partir da seguinte pergunta: como é produzida a força de trabalho (BHATTACHARYA et. al, 2017, p. 14)? A resposta a ela aponta para aspectos variados da realidade social, tais como acesso à moradia, alimentação, água, saúde, educação, trabalho assalariado, dentre outros. Assim, ao longo de todo o texto, partimos da constatação de que o cenário social atual caminha em uma direção contrária à configuração social predominante em boa parte do século XX, na qual “as classes trabalhadoras dos países ricos obtiveram algumas concessões do capital na forma de apoio estatal à reprodução social: pensões, seguro-desemprego, salário-família, educação pública gratuita e seguro-saúde” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 81).

Não é difícil supor que o aprofundamento dramático das desigualdades sociais e econômicas na maior parte dos países capitalistas centrais e na periferia do sistema (PIKETTY, 2014) acarrete consequências nefastas também para as condições de sustentação da igualdade política - o alicerce básico do sistema democrático (BROWN, 2019). Diante de tal contexto, no qual o neoliberalismo corrói progressivamente, e de maneira silenciosa, os princípios fundamentais da democracia liberal (BROWN, 2015), experimentamos não só os efeitos deletérios da precarização estrutural das condições de reprodução social, mas também presenciamos a emergência de determinados “sintomas mórbidos” no contexto político atual.

## **1.2) O interregno**

Para Nancy Fraser (2019), nem uma das forças políticas predominantes nas últimas décadas tem sido capaz de dar uma resposta razoável ao “saldo” econômico e social do neoliberalismo até agora: desemprego estrutural, desindustrialização, precarização das condições laborais, financeirização e desregulamentação da economia, ampliação do endividamento (sobretudo de jovens), enfraquecimento da legislação trabalhista e o declínio da qualidade de vida dos “99%” – isto é, da maior parte da população mundial.

Assim, focando sobre o contexto político-institucional dos EUA, a autora argumenta que, a despeito da hegemonia recente do bloco neoliberal progressista, a degradação progressiva das condições de reprodução social gestada pelo neoliberalismo continua impondo desafios às tendências políticas predominantes na atualidade<sup>6</sup>. Diante da ausência de projetos políticos consistentes, formou-se uma “lacuna hegemônica”, posteriormente preenchida pela ascensão do neoliberalismo hiper-reacionário, cujas figuras representativas podem ser encontradas na atuação de líderes de extrema-direita, como o ex-presidente norte-americano Donald Trump e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Segundo Fraser, tal força política combina uma política hiper-reacionária de reconhecimento - pautada na recorrência de declarações e posturas xenofóbicas, homofóbicas, racistas, misóginas etc. - com a intensificação de medidas econômicas voltadas para o atendimento das demandas e necessidades do “1% mais rico”.

<sup>6</sup> Baseada no contexto político institucional norte-americano, a autora tece reflexões sobre três tendências políticas neoliberais: o neoliberalismo progressista, o neoliberalismo reacionário e o neoliberalismo hiper-reacionário, representado, sobretudo, por figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Para uma descrição mais detalhada, cf. Fraser (2019, p. 31-68).

Ainda que o avanço de figuras como Trump tenha causado (e ainda cause) forte estremecimento na política institucional em escala global, a filósofa norte-americana argumenta que “o neoliberalismo hiper-reacionário não oferece nenhuma perspectiva de hegemonia segura” (FRASER, 2019, p. 23). Desta maneira, embora a configuração social precedente do Estado de Bem-Estar Social e o bloco hegemônico do neoliberalismo progressista típico das últimas décadas estejam morrendo, as respostas políticas predominantes parecem não apontar para nenhum tipo de projeto capaz de responder de maneira consistente aos desafios dos tempos atuais. Neste sentido, parafraseando Gramsci, tal como a autora, parece que vivemos um momento no qual “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”.

Partindo das abordagens de Brown (2019) e Fraser (2019), podemos interpretar que esse espaço intermediário entre o “velho” e o “novo” tem assumido as formas de um processo de degradação cada vez mais aguda da reprodução social dos “99%”. Inclusive, nas últimas décadas, não foram poucos os autores que evidenciaram uma tendência estrutural à precarização generalizada das condições de vida nos países capitalistas centrais. Já na década de 1990, Beck (1999) anunciava um processo de “brasilianização” do mundo, no qual a instabilidade típica da vida em países periféricos estaria se espalhando para o centro do capitalismo, evocando, assim, uma profunda generalização do “não há longo prazo”, de Sennett (1999), e da falta de perspectivas promissoras em relação ao futuro (PRZEWORSKI, 2020)<sup>7</sup>.

Mais recentemente, o filósofo brasileiro Paulo Arantes (2014) tratou da “fratura brasileira do mundo” para discutir o mesmo processo com outros termos. Além disso, autores mais contemporâneos também se debruçaram sobre este tema - como é caso dos Comaroff (2012), ao apresentarem estudos antropológicos a respeito do processo de “africanização” da Europa, e de Achille Mbembe (2018a), ao construir a categoria de “devir-negro do mundo”, para abordar as dinâmicas atuais do neoliberalismo<sup>8</sup>. Desta forma, parece ser possível afirmar que, atualmente, “um espectro ronda o mundo: o espectro da precariedade” (CANETTIERI, 2020a).

Assim, o desenvolvimento do neoliberalismo aponta para um processo peculiar de aproximação das condições materiais dos países centrais em direção às estruturas tipicamente precárias dos países

<sup>7</sup> Em seu livro mais recente, o cientista político Adam Przeworski (2020) argumenta que as transformações socioeconômicas das últimas décadas podem ser agrupadas em três conjuntos: “1) o declínio das taxas de crescimento de países já desenvolvidos; 2) o aumento da desigualdade de renda entre indivíduos e famílias, bem como o declínio do fator trabalho na indústria; e 3) a queda de empregos na indústria e a ascensão do setor de serviços” (2020, p. 57). Por sua vez, tais modificações acarretam efeitos de grande importância, como o “desgaste da crença no progresso material” (2020, p. 59). O autor dá destaque a essa consequência, uma vez que, “desde 1820, cada nova geração na Europa e nos EUA vivia e esperava viver melhor do que seus pais, e essa certeza está sendo destruída” (2020, p. 59).

<sup>8</sup> Abordaremos tal categoria de maneira mais aprofundada nas seções seguintes do texto.

periféricos. Desta maneira, há uma espécie de “subversão negativa” das expectativas otimistas em relação à globalização (HELD; MCGREW, 2000): em vez de um “transbordamento” do progresso material dos países centrais, observamos um verdadeiro avanço da “condição periférica” sobre o centro do capitalismo. Tal condição diz respeito a “uma maneira específica em que a dominação social, a produção social do espaço e a reprodução das relações sociais se realizam” (CANETTIERI, 2020b, p. 7), expressando o deslocamento de aspectos típicos da experiência social periférica para os países centrais, tais como profundas desigualdades sociais, ausência de amparos institucionais, generalização da “viração” em relação à reprodução social (ABÍLIO, 2017), avanço do mercado informal, entre outros.

Desta forma, se, anteriormente, o *welfare state* dos países capitalistas centrais marcava o horizonte de expectativas da periferia mundial, hoje acontece o inverso: “são as formas periféricas que indicam o futuro desse desenvolvimento às avessas” (CANETTIERI, 2020b, p. 8). Portanto, se no mundo neoliberal “a relação centro-periferia [...] passa por um rearranjo [...] marcado pela precariedade” (CANETTIERI, 2020b, p. 141), então podemos argumentar que quando a periferia analisa e pensa sobre suas próprias condições, ela já não fala mais apenas aos “periféricos” do capitalismo, mas sim aponta para a totalidade do tecido social no sistema capitalista dos dias de hoje e (muito provavelmente) também dos tempos vindouros.

## **2) O devir-negro do mundo**

Dando continuidade às reflexões, a periferização do mundo também indica novas possibilidades de reflexão sobre o cenário atual. De certa maneira, a expansão da condição periférica diz respeito à universalização das condições dos grupos que sempre estiveram nas “arquibancadas do progresso” capitalista. Desta forma, é também a partir das práticas e interpretações dos grupos subalternizados que novas leituras e possibilidades de transformação da realidade atual podem surgir. Na esteira desse pensamento, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018a, 2018b) desenvolve algumas elaborações teóricas de grande relevância sobre a atual fase do neoliberalismo.

Partindo de reflexões a respeito da questão racial, Mbembe também reconhece, na contemporaneidade, “o momento da globalização dos mercados, da privatização do mundo [...] e da crescente complexificação da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais” (MBEMBE, 2018a, p. 15). Assim, para o autor, o neoliberalismo pode ser caracterizado pela “produção da indiferença, paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números” (idem) e por “diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais” (idem). Neste cenário, até mesmo os efeitos da exploração do capital sofrem alterações, uma vez que “a tragédia da multidão hoje [é] já não [...] poder ser explorada de modo nenhum[...] [e assim é] relegada a uma ‘humanidade supérflua’, [...] sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital” (MBEMBE, 2018a, p. 15-16). Esse aspecto marca profundamente o contexto atual pelo fato de que “a violência do capital aflige agora inclusive a Europa, onde vem surgindo uma nova classe de homens e mulheres estruturalmente endividados” (Idem, p.19).

Como comentado acima, se a tendência à precarização estrutural se intensifica, as consequências prejudiciais de tal processo recaem de maneira mais aguda sobre a experiência social dos grupos minoritários, como a população negra, por exemplo. Sobre este ponto, Mbembe reforça que “o capitalismo sempre precisou de *subsídios raciais* para explorar os recursos do planeta” (MBEMBE, 2018a, p. 309). Inclusive, “o nascimento do sujeito racial – e, portanto, do negro – está ligado à história do capitalismo” (idem), uma vez que o desenvolvimento inicial deste modo de produção foi pautado pela “espoliação organizada, quando, em proveito do tráfico atlântico, [...] homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda” (MBEMBE, 2018a, p 13-14). Desta forma, o referido autor enfatiza: “o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (idem, p. 21)

Contudo, na visão do autor, a fase contemporânea do neoliberalismo indica a emergência de um novo fenômeno no tecido social das sociedades capitalistas em geral. Marcado pelo processo de precarização gradativa das condições materiais de reprodução social e pelo surgimento de “formas contemporâneas que subjagam a vida ao

poder da morte” (MBEMBE, 2018b, p. 71), a configuração atual do sistema neoliberal representa a concretização do “devir-negro do mundo”, isto é, a “universalização da condição negra” (MBEMBE, 2018a, p. 17). Esta, por sua vez, “é simultânea ao surgimento de práticas imperiais inéditas, tributárias tanto das lógicas escravagistas de captura e predação como das lógicas coloniais de ocupação e exploração” (idem). Desta maneira, Mbembe também parece apontar para um processo de generalização das condições degradantes historicamente experimentadas pelo povo negro, de tal forma que “pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana” (MBEMBE, 2018a, p. 20), passando a caracterizar a experiência de “toda a humanidade subalterna” (idem, p. 22).

Neste sentido, as elaborações teóricas do filósofo camaronês parecem caminhar ao encontro do argumento central do texto - a saber, o fato de que o desenvolvimento do neoliberalismo é um indicador da expansão global da condição periférica. Importante ressaltar que tal movimento não constitui um “regresso”, uma vez que “a precariedade crescente é, hoje, a forma mais avançada para a reprodução das formas sociais do capitalismo” (CANETTIERI, 2020b, p. 141). Desta forma, através da “transnacionalização da condição negra” (MBEMBE, 2018a, p. 36), partimos do “devir-negro [e] chegamos ao devir-periferia - eles não são diferentes, mas integram o mesmo processo de dominação social do capital” (CANETTIERI, 2020b, p. 137).

### **3) As mulheres e a questão da reprodução social**

Diversas autoras feministas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; FEDERICI, 2019; BHATTACHARYA et. al, 2017) já alertaram para o fato de que é impossível falar sobre reprodução social sem passar pela situação das condições materiais das mulheres ao redor do mundo. De modo simples, podemos dizer que, historicamente, as mulheres foram relegadas ao espaço doméstico e a todo tipo de atividade que envolve a manutenção desse ambiente – atividades essas que, frequentemente, não são categorizadas como aquilo que de fato representam: trabalho não remunerado<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado.” (FEDERICI, 2019, p. 40).

Assim, tudo o que envolve a logística da casa – comida, roupas, limpeza, organização dos mantimentos etc. – fica a cargo das mulheres. Mesmo obtendo uma maior inserção no mercado de trabalho ao longo do século XX, às mulheres continuam sendo depositadas a maior parte das tarefas que permitem a um indivíduo acordar, tomar banho, se alimentar e preparar-se para mais um dia de trabalho. Portanto, não é exagero afirmar que quando tratamos sobre as condições de reprodução social estamos, na realidade, apontando para o processo de “produção de pessoas” (BHATTACHARYA et. Al, 2017). Em suma, a questão da reprodução social diz respeito à continuação da existência humana em geral.

Partindo da hipótese da expansão da condição periférica, como trabalhado acima, podemos sugerir que, ao enfraquecer o pacto que sustentava o Estado de Bem-Estar Social, o desenvolvimento do neoliberalismo acarreta uma intensificação das atividades que compõem o trabalho de reprodução social. Com a expansão global do trabalho precarizado, intermitente, flexibilizado e sub-remunerado (ANTUNES, 2018) – ou seja, com a generalização da “viração” (ABÍLIO, 2017), típica da experiência social de boa parte da população dos países periféricos –, não é difícil concluir que mergulhamos em uma situação de “sobretabalho” no que diz respeito à “produção de pessoas”. Neste sentido, se as mulheres continuam sendo os principais agentes responsáveis pela efetivação da reprodução social (a despeito das transformações sociais das últimas décadas), então uma crise que solapa os pilares dessa esfera da vida social também incide mais fortemente sobre suas condições de existência.

A partir do recorte proposto em nosso texto, podemos encontrar importantes reflexões no trabalho de Silvia Federici (2018), pensadora que também se dedica a pensar não apenas a atual degradação das condições materiais da reprodução social, mas também as relações existentes entre estrutura patriarcal e exploração do trabalho doméstico e reprodutivo. Na obra “El patriarcado del salario”, Federici (2018) discorre sobre a importância do salário para visibilização dos trabalhos exercidos no meio doméstico, uma vez que, normalmente, estes afazeres são compreendidos por meio de uma espécie de “valorização positiva”, isto é, como tarefas realizadas com base no amor e no carinho.

Não é difícil lembrarmos que, nas pautas de diversos grupos de esquerda, o debate sobre o salário aparece frequentemente - afinal, o salário também representa um signo da exploração de classe. No entanto, o que ocorre com a porção feminina da classe trabalhadora, com aqueles sujeitos responsáveis pela reprodução social, é que parte de seu trabalho não é remunerado, acarretando a invisibilização do dispêndio de sua força de trabalho. Sobre esse ponto, Marx-Aveling (1896, p. 6, apud CANETTIERI, 2020, p. 74) já mostrava, no século XIX, como as mulheres trabalhadoras contribuíam para dois "tipos" de lucro do capitalista: um "lucro imediato", relacionado ao seu trabalho na fábrica, e um "lucro futuro, ao cuidar e alimentar toda uma nova geração de proletários"<sup>10</sup>.

É evidente que as condições para efetivação do trabalho reprodutivo variam bastante a depender da localização geográfica no globo. Historicamente, sobretudo nos "anos de ouro" do sistema capitalista (como explorado acima), os países centrais sempre gozaram de "infraestruturas sociais" básicas que contribuem para a deflação da precarização das tarefas relacionadas à "produção de pessoas". Na periferia do capitalismo, por sua vez, "os indivíduos são responsáveis pela própria reprodução de maneira precária - autoconstruída, informal e ilegal, endividada" (CANETTIERI, 2020, p. 78). Desta maneira, repetindo um movimento já exposto acima, pensar a hipótese da condição periférica implica considerar não só a existência de uma grave crise da reprodução social, mas também de uma situação de agudização perversa das condições materiais das mulheres, tanto das que vivem em países periféricos quanto das que habitam os espaços centrais do capitalismo.

Por essa razão, o trabalho teórico de pensadoras feministas possui grande relevância para toda a argumentação em torno da periferização do mundo. Hoje, quando pensamos nestes termos, as reflexões em torno das especificidades da experiência das mulheres ao redor do globo - sobretudo aquelas que já falam a partir de locais marginalizados - representam, em última instância, um tipo de conhecimento que fala tanto sobre questões de gênero como também sobre pontos relacionados à fase atual (e provavelmente futura) do sistema capitalista. Assim, refletir sobre o desenvolvimento do neoliberalismo nos empurra em direção a certas ideias que já vem sendo

<sup>10</sup> Importante ressaltar que, "se a força de trabalho é uma mercadoria, esse processo [da reprodução social] está, em algum nível, interligado aos circuitos do valor" (CANETTIERI, 2020, p. 75).

elaboradas há algum tempo por aqueles sobre os quais a crise da reprodução social incide mais fortemente.

#### **4) Os Panteras Negras e os impasses da ação coletiva no mundo periferizado**

Desta maneira, como é possível organizar-se politicamente em um contexto de profunda desigualdade, violência generalizada, precarização estrutural e ausência de amparos institucionais? Dentre várias experiências históricas de resistência, gostaríamos de abordar brevemente o fenômeno do Partido dos Panteras Negras, fundado em 1966 nos EUA. Acreditamos que a mobilização de partes da história de tal organização seja profícua para os intentos do trabalho, considerando o cenário desigual dos Panteras Negras, atravessado por aguda segregação racial e péssimas condições de vida da população negra. Para tal, analisaremos trechos do documentário “Os Panteras Negras: vanguarda da revolução” (2015), escrito e dirigido por Stanley Nelson Jr.

O longa-metragem percorre toda a história do movimento, sinalizando sua ascensão enquanto organização política e listando os impasses que acarretaram o seu fim. O Partido dos Panteras Negras (PPN) nasceu em Oakland (Califórnia), em 1966, quando dois jovens negros se juntaram para pensar e atuar contra a violência policial que subjugava a maior parte da comunidade negra nos Estados Unidos. Com o crescimento da organização e maior diversificação das ações, os Panteras passaram a articular um grande contingente de militantes, além de também contribuírem para decisões em cenário estadual<sup>11</sup>.

Seguindo as ideias de Oliveira (2017), gostaríamos de destacar dois projetos relatados no documentário: o Jornal do Partido e os “Programas de Sobrevivência”, que incidiam, respectivamente, sobre a esfera internacional e sobre o âmbito local/comunitário. O primeiro projeto tinha como intuito estabelecer um modo de sustentação do Partido e ampliação da própria imagem da organização. O jornal servia como uma forma de os Panteras contarem sobre sua história e atuação, bem como fornecia o sustento para as ações que realizavam<sup>12</sup>.

Já o segundo, por sua vez, era composto de formas alternativas de “serviços comunitários” - como atendimentos dentários gratuitos e o

<sup>11</sup> Um dos episódios mais marcantes, por exemplo, foi a votação do porte de armas na Califórnia, quando dezenas de filiados ao movimento se prontificaram com suas armas, em protesto, na frente da assembleia estadual em Sacramento. Essas manifestações emblemáticas não apenas saíram vitoriosas institucionalmente como também colaboraram para o crescimento exponencial do PPN.

<sup>12</sup> Esse ponto não é muito desenvolvido ao longo do filme, de tal forma que carecemos de informações detalhadas a respeito das formas de manutenção financeira mobilizadas pelos militantes em prol da sustentação do PPN.

"*The Free Breakfast for School Children Program*"<sup>13</sup>, que fornecia café da manhã para as crianças da comunidade, antes do início do horário escolar. Assim, os "programas de sobrevivência" representavam uma entrada direta no cotidiano daqueles que se encontravam em estado de vulnerabilidade, promovendo uma mudança significativa na vida de muitas famílias e viabilizando igualmente um sentimento de pertencimento e identidade por toda a comunidade negra. O filme explicita a importância do projeto para a adesão de pessoas que, muitas vezes, se encontravam resistentes à organização, além de, obviamente, garantir uma alimentação às crianças dos bairros<sup>14</sup>.

Naquele momento, as ações dos Panteras Negras passaram a provocar discordâncias de grande importância entre duas lideranças do movimento: Huey Newton e Eldridge Cleaver. Os embates entre eles podem ser caracterizados da seguinte maneira:

Enquanto Cleaver era contrário aos "Programas de Sobrevivência", Newton parecia convencido de que o projeto era essencial para que o partido pudesse estar conectado à comunidade negra norte-americana, uma vez que o período de radicalização da organização parecia ter agregado valor à sua imagem junto a intelectuais brancos e progressistas na mesma proporção em que somava rejeição e receio da parte dos trabalhadores negros dos EUA. Cleaver [...] argumentava que o propósito do partido era revolucionário e, como tal, visava a destruir a ordem, enfrentando o governo e o Estado dos EUA. Newton [...] acreditava que esse objetivo era exercido por meio da capacidade da organização *black panther* prover uma rotina de serviços comunitários, que pudesse atender as necessidades das pessoas. (OLIVEIRA, 2017).

A despeito das dessemelhanças históricas, acreditamos que tal discussão entre Newton e Cleaver ainda guarde um significativo potencial reflexivo para os dias atuais. Através das elaborações teóricas desenvolvidas até aqui, podemos perceber que as condições materiais para a elaboração de ações coletivas, sobretudo aquelas capitaneadas por grupos subalternizados, tornaram-se profundamente precarizadas pelo processo gradativo de periferização do mundo. Diante disso, a apreciação da experiência dos Panteras Negras, principalmente no que diz respeito aos "programas de sobrevivência", parece sugerir que, diante de um cenário atravessado por violência, desigualdade e precariedade, a ação política transformativa se expressa fundamentalmente através da manutenção mínima de aspectos básicos

<sup>13</sup> Para mais informações, acessar:

<https://www.nationalgeographic.com/culture/food/the-plate/2015/11/04/the-black-panthers-revolutionaries-free-breakfast-pioneers/>

<sup>14</sup> No programa de café da manhã infantil, é essencial enfatizar o compromisso do Partido em não predeterminar uma divisão sexual do trabalho durante a atividade. Os homens também cozinhavam e, conjuntamente, exerciam tarefas domésticas que estariam socialmente designadas às mulheres. O debate de gênero, por mais que fosse limitado, existia.

da reprodução social daqueles que se encontram próximos à organização (como os militantes e, no caso, as comunidades negras). Por outro lado, as posturas assumidas por Cleaver ressaltam o aspecto que fundamentaria a verdadeira função de um projeto político que queira fazer jus à alcunha de “revolucionário”: não apenas atenuar desigualdades, mas sim aboli-las por meio do enfrentamento direto com o aparato estatal - ou seja, por essa visão, a manutenção da reprodução social não pode ser entendida como a finalidade última da ação política<sup>15</sup>.

A fim de trazer mais elementos para o debate, não podemos deixar de mencionar uma das principais consequências dos “programas de sobrevivência” - a saber, o fato de que John Edgar Hoover, autoridade máxima do FBI na época, desenvolveu um “sistema de contrainteligência que perseguiu, confundiu, incriminou e executou membros do PPN, com total anuência do Governo Nixon” (OLIVEIRA, 2017). Desta maneira, não deixa de ser significativa a coincidência entre “a mobilização ‘nacionalista’ do FBI” e “o momento em que os panteras pareciam mais dedicados à ideia de comunidade” por meio dos tais “programas de sobrevivência” (idem). Ou seja, nos parece que o PPN começa a se tornar um problema nacional à medida que a organização passa a oferecer projetos extra-estatais à comunidade negra e desenvolver métodos sustentáveis para a efetivação da reprodução social daqueles que integravam tais comunidades.

Neste sentido, com uma organização que resguardava segurança aos seus (tanto nos enquadres policiais racistas, quanto nas prisões injustas), que mantinha projetos os quais forneciam comida às crianças (para que elas conseguissem estudar) e que exaltava constantemente a força da estética negra, os Panteras Negras se tornaram uma intimidação à ordem vigente. Portanto, ao desenvolver “uma forma de partido que prescindia do Estado, pois ela própria [a organização] o emulava” (idem), a experiência do PPN demonstrou que “a organização convertida como o fim da sua própria política deu vazão à uma ação revolucionária cujo sentido não era mais transformar a sociedade norte-americana, mas a geração de outra” (idem).

Na década de 1980, a discussão sobre estratégias de atuação política entre Newton e Cleaver colaborou para a fragmentação interna do Partido. Além disso, a perseguição por parte do FBI também logrou

<sup>15</sup> Vale destacar que esse embate lembra bastante os termos da discussão, clássica no campo da esquerda, entre “reforma” e “revolução”. O desenvolvimento das elaborações teóricas e políticas em torno da socialdemocracia, por exemplo, foi atravessado por esse tipo de debate, cf. Przeworski (1988).

êxito ao perseguir e executar militantes e minar a sustentação dos Panteras. Mesmo com o aparente “fracasso” do movimento, insistimos que a análise crítica a respeito da experiência do PPN pode iluminar de maneira distinta alguns problemas atuais relacionados à ação coletiva. Desta maneira, independentemente dos detalhes dos argumentos defendidos pelas lideranças dos Panteras Negras, acreditamos que, diante de um mundo cada vez mais periférico, qualquer tipo de empreitada coletiva/política terá de se haver – assim como o fizeram os PPN - com a “várzea” do trabalho organizativo (DA SILVEIRA, 2019) - isto é, com perguntas deste tipo:

Como administrar espaços comuns? Como distribuir tarefas? Como limpar? Como manter? Como remunerar? [...] Longe dos holofotes, perto das urgências enfadonhas do cotidiano. Aquele campo meio sem graça, maçante e, muitas vezes, penoso em que passamos a maior parte das nossas vidas. (idem)

O fim dos Panteras se deu não apenas porque sua atuação se inscrevia ideologicamente dentro do marxismo (em uma época de campanhas estatais anticomunistas), mas porque a própria organização desenvolvia esforços que possibilitavam à população negra viver em condições sustentáveis de existência. Eles criaram oportunidades de seus irmãos e irmãs se organizarem politicamente. Ultrapassando a extrema desigualdade, a violência, a precarização estrutural e a ausência de suportes institucionais, a comunidade negra poderia se tornar, naquele momento, a maior resistência revolucionária ao *status quo*.

## **5) Considerações finais**

No texto presente, apresentamos diferentes elaborações teóricas de pensadores e pensadoras que têm se debruçado recentemente sobre o neoliberalismo. A partir de um cruzamento da bibliografia selecionada, destacamos que o aprofundamento do sistema neoliberal parece indicar uma conseqüente degradação da reprodução social, minando não só as possibilidades de ação coletiva como também as próprias condições de existência. A partir disso, apresentamos o conceito de “condição periférica” (ou “periferização do mundo”) a fim de analisar o atual desenvolvimento do neoliberalismo por meio de um enquadramento teórico que aproxima a situação mundial do contexto nacional: de fato, a realidade social de um país periférico como o Brasil, historicamente

marcado por um tecido social disforme (como um “ornitorrinco”<sup>16</sup>), aponta, de certa maneira, para o futuro do sistema capitalista de modo geral – isto é, para a “exportação”/generalização de estruturas sociais precarizadas para os países do centro do capitalismo.

Diante de uma realidade social na qual a condição periférica se expande cada vez mais, impactando decisivamente as condições materiais ligadas à reprodução social da maior parte da população mundial, nada mais coerente do que direcionar nosso olhar para experiências políticas que atuaram (e/ou seguem atuando) em cenários atravessados por profunda precarização dos modos de existência. Neste artigo, selecionamos um recorte específico de parte da história dos Panteras Negras como um exemplo do que é fazer política “sobrevivendo ao inferno”. Ainda que a organização em questão tenha sido extinta na década de 1980, a trajetória dos PPN parece indicar que, em um tecido social “fraturado”<sup>17</sup> pela condição periférica, qualquer forma de ação coletiva precisa se atentar fortemente às possibilidades materiais – ou seja, às condições de reprodução social - de que a militância dispõe para realizar as tarefas demandadas. Desta maneira,

Questões supostamente “menores” como os custos econômicos – em tempo, dinheiro, mas também em angústia – envolvidos na ação de organizar politicamente não podem mais ser invisibilizadas ou tratadas como problemas acidentais, pois se transformam, neste cenário, em um sinal importante para avaliarmos se uma dada organização está à altura dos desafios políticos e sociais de nosso tempo (PARANÁ; TUPINAMBÁ; 2021, no prelo, p. 151)<sup>18</sup>.

Logo, questões consideradas do campo da “logística” ou da “administração” adquirem uma valência política distinta - afinal, empreender ações coletivas em um terreno erodido e disforme demanda que as organizações se preocupem não apenas com seus objetivos ideologicamente orientados, como também com as maneiras pelas quais as condições sociais do tempo presente afetam na manutenção de sua própria existência enquanto organização. Assim, levar em conta o aprofundamento do processo de periferização do mundo nos conduz cada vez mais para reflexões acerca do campo da organização política. Por exemplo, quais são os desafios que se apresentam a quem tenta se organizar politicamente hoje? Como medir e avaliar sucessos e fracassos de empreitadas políticas? Como tornar os

<sup>16</sup> DE OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. Boitempo editorial, 2015.

<sup>17</sup> Embora não tenhamos trabalhado sobre esse ponto no artigo, a expansão da condição periférica também é responsável por tornar a realidade social cada vez mais “trincada” - ou seja, na ausência de um tecido social minimamente homogêneo (devido a perda de centralidade do trabalho como elemento de mediação social), os atores sociais precisam lidar frequentemente com o hibridismo de regimes normativos incompatíveis pelos quais eles precisam navegar de maneira corriqueira em sua vida cotidiana. Um bom exemplo de análise que leva esse ponto em questão, ainda que não trabalhe com o conceito de condição periférica, está presente no artigo de Gabriel Feltran chamado “O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação do conflito contemporâneo”. Cad. CRH [online]. 2014, vol.27, n.72, pp.495-512.

<sup>18</sup> O livro “Arquitetura de Arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo”, a ser lançado pela Autonomia Literária em 2021, foi gentilmente concedido pelos autores para a elaboração deste artigo. Deixamos aqui o agradecimento a Gabriel Tupinambá e Edemilson Paraná pela disponibilização prévia do texto.

“erros” e “acertos” de uma dada experiência (como a dos Panteras Negras, por exemplo) transmissíveis para outros contextos sociais?

Por fim, aproveitando o caráter aberto dos problemas apresentados, assim como o saldo teórico das diferentes correntes abordadas ao longo do artigo, ressaltamos que

uma maneira de abordar esse desafio que se apresenta hoje é tentarmos traçar uma diagonal entre diferentes tradições de luta e pensamento nas esquerdas, tentando ligar as diferentes lógicas em jogo em cada tradição sem pressupor que elas seriam naturalmente compatíveis ou harmônicas. Por exemplo, podemos imaginar uma diagonal ligando o pensamento marxista – com sua preocupação com as grandes escalas de transformação social e econômica – com o feminismo autonomista – que se constituiu como o mais sofisticado pensamento das querelas da reprodução social no século XXI – e o movimento negro – que, pelo menos desde os Panteras Negras e as lutas de libertação nacional, para não falar da Revolução do Haiti, guarda inúmeras lições sobre o que significa fazer política sob condições periféricas. (PARANÁ; TUPINAMBÁ; 2021, no prelo, p. 160).

### **Referências bibliográficas**

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo:Boitempo Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavras, Campinas, 2017.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo:Boitempo Editorial, 2019.

BECK, Ulrich. O que é Globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. In: Economia e Sociedade, v. 4, n. 1, 1995.

BHATTACHARYA, Tithi et al. Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression. Pluto Press, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo:

Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 529-544, 2015.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

\_\_\_\_\_. Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution. Mit Press, 2015.

CANETTI, Thiago. Uma maldição tropical: notas sobre o devir-periferia do mundo. Revista Porto Alegre, 2020a. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/uma-maldicao-tropical-notas-sobre-o-devir-periferia-do-mundo/> . Acesso em: 14/04/2021.

\_\_\_\_\_. A condição periférica. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020b.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. In: Anthropological forum. Routledge, 2012. p. 113-131.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DA SILVEIRA, Maikel. O populismo, a várzea e o bicho: notas sobre a teoria do populismo e a crise da esquerda. Revista Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/o-populismo-a-varzea-e-o-bicho-notas-sobre-a-teoria-do-populismo-e-a-crise-da-esquerda/>. Acesso em: 14/04/2021.

DE OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, p. 186-193, 2014.

DUNKER, Christian. "A lógica do condomínio". In: PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 102 - 109, 2017a.

\_\_\_\_\_. A reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ed. Ubu, 2017b.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do Welfare State. In Lua Nova, n. 24, Ser., 1991.

FEDERICI, Silvia. El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo, 2018.

\_\_\_\_\_. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Caderno CRH, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Autonomia Literária, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

\_\_\_\_\_. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Editora Intrínseca, 2014.

PRZEWORKI, Adam. A socialdemocracia como um fenômeno histórico. In Lua Nova, n. 15, 1988.

\_\_\_\_\_. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GAGO, Verónica. La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Economia, instituições e Estado de Bem-Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós-1970. In Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 58, n. 3, 2015.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. Condição pós-moderna. Edições Loyola, 1992.

HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e contras da globalização. Zahar, 2001.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 1996.

KEHL, Maria Rita. "Depressão e imagem do novo mundo". In: NOVAES, Aduino. Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo. São Paulo: Ed. SESC-SP/Agir. 2008, p. 295-320

KERSTENETZKY, Célia Lessa. O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Rafael. Época de crise, tempo de organização: circulando entre Betinho, Panteras Negras e Marx. Revista Ursula, 2017. Disponível em: <https://revistaursula.com.br/politica/epoca-de-crise-tempo-de-organizacao-circulando-entre-betinho-panteras-negras-e-marx/>. Acesso em: 14/04/2021.

PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. Arquitetura de Arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo. Autonomia Literária, no prelo, 2021.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do trabalho. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 1999.  
\_\_\_\_\_. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019